



“SÓ DEUS ME VIU CHORAR”: NOTAS SOBRE OS CONTURBADOS ANOS DA TRAJETÓRIA DE ANDRÉ REBOUÇAS A FRENTE DA COMPANHIA DOCAS DA ALFÂNDEGA

Ivan Cerqueira de Oliveira Silva ¹

*Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ),
Programa de Pós-Graduação em Relações Etnicorraciais (PPRER), Rio de Janeiro, RJ,
Brasil.*

Resumo: O objetivo do presente artigo é apresentar alguns aspectos da trajetória de André Rebouças, engenheiro abolicionista negro, nascido livre na Bahia. Apesar de ser um dos personagens mais celebrados de nossa história, algumas partes de sua trajetória ainda são pouco estudadas e um tanto quanto obscuras e não aprofundadas. Apesar de considerável notoriedade enquanto abolicionista, lutador pela liberdade e reforma agrária, Rebouças, por conta de sua adesão a monarquia recebeu em determinados espaços a pecha de negro da casa grande. Algo totalmente contraditório com suas convicções em relação aos meios de produção vigente, sendo um dos maiores críticos das classes senhoriais escravocratas. Procuramos aqui contar parte pouco e o impacto que os padrões das relações raciais tiveram em sua história.

Palavras-chave: André Rebouças; Companhia Docas da Alfândega; Relações étnico-raciais

“ONLY GOD HAS SEEN ME CRY. NOTES ON THE TURBULENT YEARS OF ANDRÉ REBOUÇAS' TIME AS THE HEAD OF THE CUSTOMS DOCK.

Abstract: The purpose of the following article is to introduce some aspects on the history of André Rebouças, black abolitionist engineer who was born a free man in Bahia. Although being one of the most celebrated characters in our history, some of his steps are still very little known and quite obscure and lacking in-depth research. Despite substantial reputation as an abolitionist, advocate for freedom and agrarian reform, Rebouças has often been regarded as a House Negro due to his support for the monarchy, which was totally in contradiction with his convictions regarding the existing means of production, being one of the loudest voices against the slave-based upper classes. Here, we seek to share Rebouças little known side and the impact that interracial relation patterns have had in his life.

¹ Ivan Cerqueira de Oliveira Silva. Mestre em Relações Étnico Raciais pelo Programa de Pós-graduação em Relações Étnico Raciais (PPRER – CEFET/RJ). E-mail: ivanuerj.filosofia@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1923-286X>

Keywords: André Rebouças; Customs Docks Company; Ethnic-racial relations.

"SÓLO DIOS ME VIO LLORAR": APUNTES SOBRE LOS TURBULENTOS AÑOS DE LA TRAYECTORIA DE ANDRÉ REBOUÇAS AL FRENTE DE LA COMPAÑÍA MUELLE DE LA ADUANA"

Resumen: El propósito del presente artículo es presentar algunos aspectos de la trayectoria de André Rebouças, ingeniero negro abolicionista, nacido libre en Bahía. A pesar de ser uno de los personajes más célebres de nuestra historia, parte de su trayectoria sigue siendo poco estudiada y poco nítida. A pesar de su considerable notoriedad como abolicionista, luchador por la libertad y la reforma agraria, Rebouças, por su adhesión a la monarquía, recibió en ciertos espacios la fama de negro de la casa grande. Algo totalmente contradictorio con sus convicciones sobre los medios de producción vigentes, siendo uno de los mayores críticos de las clases terratenientes esclavistas. Aquí pretendemos contar una parte poco conocida del impacto que los patrones de las relaciones raciales tuvieron en su historia.

Palabras-clave: André Rebouças; Compañía Muelle de la Aduana; Relaciones étnico-raciales.

"SEUL DIEU M'A VU PLEURER": NOTES SUR LES ANNÉES MOUVEMENTÉES DE LA TRAJECTOIRE D'ANDRÉ REBOUÇAS À LA TÊTE DES COMPAGNIE DOCK DE LA DOUANE.

Résumé: L'objectif du présent article est de présenter quelques aspects de la trajectoire d'André Rebouças, ingénieur noir abolitionniste, né libre à Bahia. Bien qu'il soit l'un des personnages les plus célèbres de notre histoire, une partie de sa trajectoire est encore peu étudiée et quelque peu obscure. Malgré une notoriété considérable en tant qu'abolitionniste, combattant pour la liberté et la réforme agraire, Rebouças, en raison de son adhésion à la monarchie, a reçu dans certains espaces la réputation d'un noir de la grande maison. Quelque chose de totalement contradictoire avec ses convictions concernant les moyens de production en vigueur, étant l'un des plus grands critiques des classes de propriétaires esclavagistes. Nous cherchons ici à raconter une partie peu connue de l'impact que les modèles de relations raciales ont eu sur son histoire.

Mots-clés: André Rebouças; Compagnie Dock de la Douane; Relations ethnico-raciales.

INTRODUÇÃO

Este artigo é o desenvolvimento de parte das reflexões contidas em minha dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais do Cefet (PPRER – CEFET/RJ). O objetivo central é o de refletir sobre a interpretação que alguns autores deram ao papel desempenhado pelos marcadores sociais de raça na trajetória do engenheiro negro André Pinto Rebouças.

Não iremos tratar aqui de assuntos técnicos relacionados a engenharia, mas expor alguns aspectos que ajudam a demonstrar uma análise a partir da perspectiva das relações raciais, devido a penetração e impacto no tecido social, pode ajudar a compreender a trajetória de um dos nomes mais importantes da engenharia brasileira de uma forma diferente.

Rebouças foi admitido como engenheiro das obras hidráulicas das Docas da Alfândega em 1866 e em 1871 foi desligado, já como diretor geral em um contexto muito hostil a sua figura pessoal (SANTOS, 1985, p. 152). De acordo com os registros em seu diário íntimo, um grupo de engenheiros, seus pares, esteve por traz de uma forte campanha que visava desmoralizá-lo. Os vários ataques que sofreu de forma anônima nos jornais da época tinham cunho racista. Em seus diários, Rebouças identificou alguns desses agressores. Um deles era o Engenheiro Rafael Archanjo Galvão, um empresário pretendente ao cargo da Companhia das Águas do Rio de Janeiro² (DIÁRIO, 09/02/1871).

Os apontamentos feitos por Ana Flora e Inácio José Veríssimo (1938) dão conta de alguns possíveis motivos para os ataques públicos feitos à Rebouças. De acordo com os autores, os êxitos das suas ações e sua proximidade à família Real geravam certos “ciúmes” em alguns setores da engenharia oficial (VERÍSSIMO, 1938, p. 93). Neste caso, é possível questionar se o termo “ciúme” seria o mais adequado para retratar este acontecimento, em se tratando de uma sociedade escravocrata.

Segundo Maria Alice Resende de Carvalho, a quase total ausência de menção que Rebouças fizera em seu diário ao preconceito de cor serviu de base para que se afirmasse que a “raridade” dos episódios de racismo registrados em seus diários não seriam suficientes para explicar seu “fracasso profissional” (Carvalho, 1998, p. 64 – 65). De acordo com a autora, as questões da cor eram secundárias para Rebouças, visto que “no *Diário* **elas quase não existem** e, portanto, o registro dos seus eventuais **fracassos** raríssimas vezes levou em conta a sua condição de mulato” (CARVALHO, 1998, p. 64 – grifo meu) e que:

[...] embora Rebouças estivesse consciente das hostilidades suscitadas por sua condição de mulato, a argumentação que emerge de seu *Diário* associa os impedimentos ou vetos à consecução dos seus projetos ao atraso feudal a que nos

² Como será apresentado mais a frente, a questão acerca das obras pluviais na cidade do Rio de Janeiro envolveram os irmãos Rebouças. Junto com o incidente da escola central, o incidente da comissão de águas, parece ser importante para ajudar a elucidar os acontecimentos entre os anos de 1866 e 1871. Os rumos de minha pesquisa apontam para essa investigação.

teriam condenado as oligarquias de origem portuguesa, católica e escolástica (Carvalho, 1998, p. 65)

No entanto busca-se demonstrar que esse “atraso feudal das oligarquias de origem portuguesa” faz parte de nossa herança cultural, e é de onde justamente emanam os fundamentos de nossas hierarquias raciais, baseadas nos estatutos de limpeza de sangue, que remontam aos séculos XIV, XV e XVI. Portanto, dissociar essa tradição da Europa moderna da questão racial de nossa história contemporânea constitui um esforço em querer secundarizar ou deturpar um elemento fundamental na história colonial, que é a hierarquização das culturas postas em contato a partir das reconfigurações geográficas da modernidade. A demissão de Rebouças das obras das Docas da Alfândega foi um momento dramático em sua trajetória onde, nas páginas de seu diário, emerge um possível ponto de convergência de categoriais de hierarquização racial existentes do antigo império ultramarino português.

AS FONTES

André Rebouças é um dos personagens históricos conhecida nos meios acadêmicos. Há um considerável interesse e produção intelectual acerca de sua biografia e a cada ano que passa, aprofundam-se mais os interesses sobre sua trajetória política e profissional. Apesar da grande notoriedade, o acesso aos seus diários é algo relativamente recente. Foi apenas na década de 1980 que se tornou mais fácil estudar a história de André Rebouças. Foi nesse ano que a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) recebeu por doação de Dr. Carlos Rebouças, neto de Antônio, o arquivo pessoal do engenheiro. Joselice Jucá (2001), na época pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco, foi a primeira a ter acesso integral aos documentos de seu arquivo pessoal. Antes dessa data esse material “vinha sendo consultado por estudiosos, particularmente os estrangeiros, por especial permissão da família” (JUCÁ, 2001, p. 11).

O arquivo pessoal de André Rebouças é constituído por 19 volumes de diários que compreendem os períodos entre 27 de maio de 1863 e 31 de dezembro 1889, mais o ano de 1893; 9 volumes contendo os registros de suas correspondências, que compreendem o período entre junho de 1873 a abril de 1898, ano de sua morte; e alguns manuscritos inéditos. Jucá aponta também que existem outros documentos fora da coleção da Fundaj em poder de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o

Museu Imperial de Petrópolis e a Biblioteca Nacional (Jucá, 2001, p. 11). Uma obra de Rebouças escrita no exílio, durante o período que esteve na África, continua perdida. De acordo com os apontamentos de Hebe Mattos (2014) Rebouças teria deixado o manuscrito de um livro que escrevera durante o ano de 1892 e que ainda não fora encontrado entre seus escritos chamado “Entorno d’Africa 1889-1893: propaganda abolicionista socioeconômica – Antropologia – Botânica – Flora comparada do Brasil e d’África – Astronomia, Meteorologia, etc” (Mattos, 2014, p. 24).

A primeira publicação dos diários de André Rebouças foi realizada por Ana Flora e Inácio José Veríssimo e intitulava-se “André Rebouças - Diários e Notas Autobiográficas”. A data da publicação é provavelmente uma homenagem ao próprio Rebouças, já que o livro fora editado em 1938 pela editora José Olympo, ano do centenário do ilustre engenheiro.

Como dito acima, até a década de 1980, essa obra foi a principal fonte de referência para o estudo da trajetória de Rebouças. No entanto, de acordo com Jucá (2001), embora o livro fosse útil, ele compreendia o “diário numa sequência incompleta” e omitia “boa parte da documentação epistolar”, consultada também pela autora na época (Jucá, 2001, p. 12).

Essas informações dão conta da extensão da documentação que constitui o arquivo pessoal de Rebouças e do quanto ainda precisa ser investigado. Não sabemos quantos detalhes podem ter escapado aos olhos de alguns nesses últimos anos diante da necessidade de cobrir tamanha extensão documental. Como podemos perceber, apenas os diários, por si, constituem um montante significativo de documentação escrita a ser analisada, fora os artigos de jornais, documentos oficiais, atas de reuniões das agremiações de que participava e cartas pessoais.

BREVE BIOGRAFIA

André Pinto Rebouças, era filho primogênito de Antônio Pereira Rebouças, homem mestiço e de origem modesta, filho do alfaiate português Gaspar Pereira Rebouças, e de D. Rita Basília dos Santos, liberta, *natural* de Salvador. O pai de André Rebouças foi uma importante figura no processo de Independência do Brasil, tendo lutado no Estado da Bahia contra as tropas portuguesas pela consolidação do Império brasileiro. Antônio Pereira Rebouças, o pai de André, foi advogado autodidata, chamado na época

de rábula. Graças ao seu esforço pessoal conseguiu ascender até aos altos extratos da política brasileira, fez carreira e chegou ao posto de Conselheiro do Imperador. A mãe de André foi Carolina Pinto Rebouças, filha de um negociante de Salvador, André Pinto da Silveira (Spitzer, 2001, p.120).

Na primeira metade do século XIX a cidade de Salvador era palco de muitas tensões políticas. Nesse contexto, alguns levantes contrários a monarquia ocorreram em curto período. Na época, a Sabinada, capitaneada por Francisco Sabino Alvarez da Rocha Vieira, emergia como forte elemento de sedição na região do Recôncavo baiano. Porém, as posições políticas defendidas por Antônio Pereira Rebouças não se alinhavam com dos grupos locais e entravam em choque com as lideranças desses movimentos. Após a supressão do movimento, as posições políticas do velho Rebouças não foram esquecidas, deixando pelo caminho um rastro de ressentimento e espírito de revanche por parte dos remanescentes da Sabinada. A Bahia já não era uma província segura. Esse estado de apreensão pela segurança de sua família foi determinante para a saída da Bahia (SANTOS, 1985, p. 17).

A família Rebouças muda-se então para o Rio de Janeiro em 1846, passando a residir num sobrado na Rua Matacavalos (atual Rua do Riachuelo). Nessa época André Rebouças estava com oito anos de idade. Em sua infância na Côrte estudou em escolas de prestígio. Em 1849, com 10 anos já se encontrava no Colégio Köpke, em Petrópolis, onde conhece pessoalmente o Imperador (SANTOS, 1985, p. 19).

Os anos entre 1854 e 1858 são os anos iniciais de formação de Rebouças. Com 16 anos André ingressa, junto como seu irmão Antônio Pereira Rebouças Filho, na antiga Escola Militar da Côrte, herdeira da antiga Academia Real Militar.

André Rebouças bacharelou-se em Ciências Físicas e Matemáticas em 7 de abril de 1859 e obteve o grau de engenheiro militar em dezembro de 1860, após um ano final de estudos, na sequência de uma formação que se dividiria entre o Largo do São Francisco, no centro da cidade, e a antiga fortaleza situada ao pé do morro da Urca (CARVALHO, 1998, p. 85).

Foi por essa época também que surgem os primeiros registros de dissabores experimentados pelos irmãos Rebouças devidos sua condição racial, episódios que aconteceram entre as décadas de 1860 e 1870. De acordo com as normas da Escola Militar

da Corte, os alunos que mais se destacassem receberiam como premiação uma bolsa de estudos para completar sua formação na Europa. Apesar de terem sido considerados os melhores alunos da escola, André e Antônio não receberam o benefício³. Segundo Rebouças, mesmo após esse flagrante descumprimento das normas, seu pai empenhou todos os recursos que estavam a seu alcance para financiar o estudo dos filhos por conta própria.

Quando em dezembro de 1860, por malditos preconceitos de cor, negaram a mim e ao Antônio o prêmio de viagem à Europa e até o concurso aprovado pelo regulamento da escola redigido pelo liberal ministro J. Francisco Coelho, disse meu pai: ‘Minha Carolina (sua mãe), venderei os meus livros, mas os meninos hão de terminar sua educação na Europa’ (REBOUÇAS *apud* JUCÁ, 2001, p. 42).

Durante o biênio de 1861 - 1862, os dois irmãos embarcaram para a Europa para um período de estudos. Nessa viagem os irmãos Rebouças escrevem em parceria “Estudos sobre portos de mar”, editado em pela tipografia do jornal “Correio Mercantil” ainda em 1862. O livro é a reunião de uma série de artigos publicados no próprio jornal durante os anos da estada dos irmãos na Europa. De caráter técnico, o trabalho analisa a situação de portos na Europa, principalmente o de Marselha, na França. Essas viagens de estudos colocaram os irmãos Rebouças a par das técnicas de engenharia mais recentes que eram usadas nas obras de infraestrutura do continente europeu.

Após concluírem seus estudos e retornarem ao Brasil, os jovens engenheiros se depararam com um incidente diplomático, que ficou conhecido como o caso Christie⁴, que abalou a relação diplomática entre o Império do Brasil e a coroa britânica. Tal incidente criou uma séria animosidade entre os dois países. O governo brasileiro, por via das dúvidas, iniciou um processo de ampla reforma de suas fortificações temendo a agressão da maior potência militar da época. Assim, André e Antônio foram convocados para ir a Santa Catarina trabalhar em obras de manutenção nas fortificações do litoral brasileiro (CARVALHO, 1998, p. 78).

³ Esse acontecimento carece ainda maiores esclarecimentos. A maioria das obras apenas menciona ou reproduz a narrativa, mas das obras usadas para o trabalho nenhuma apresentou uma pesquisa documental nos antigos arquivos da escola para maior aprofundamento. Isso não significa que consideremos falso o postulado, apenas aponto que é mais uma lacuna que merece ser investigada.

⁴ Para uma análise do caso ver Richard Graham, “Os Fundamentos da Ruptura de Relações Diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha em 1863: ‘A Questão Christie’”, *Revista de História* (São Paulo), nº 49 (1962), págs. 117-38, nº 50 (1962), págs. 379-402

Dois anos após esse período, em 1864, estoura a Guerra do Paraguai e Rebouças se desloca para as regiões de conflito e presta seus serviços de engenheiro militar ao exército brasileiro. Contudo, não fica muito tempo na guerra devido a complicações de saúde. Em 1866 dá baixa devido uma pneumonia e retorna ao Rio de Janeiro. (CARVALHO, 1999, p. 101; TRINDADE, 2011, p. 110; SANTOS, 1985).

DOIS INCIDENTES

No espaço entre o ano de 1866 e 1871 uma série de acontecimentos foram decisivos para a trajetória de Rebouças. Em comum estava o fato de geralmente envolverem seus pares profissionais e o corpo de engenheiros a serviço do Estado. Um dos incidentes importantes é o da Escola Central. Ainda não estão muito claras as relações dos incidentes que apresentamos a seguir e o papel de todos os personagens envolvidos na demissão de Rebouças, mas exporemos aqui sumariamente os acontecimentos.

Em 1866, de retorno da Guerra do Paraguai, Rebouças toma conhecimento da abertura de um concurso para a cadeira de hidráulica da Escola Central. Por se encontrar oficialmente em campanha na guerra, Rebouças acaba perdendo o período de inscrição do concurso. Ele tentou pleitear junto a congregação que sua situação atípica fosse levada em consideração. Apesar de seus apelos terem encontrado alguns ouvidos dispostos, o caso foi discutido, mas não foi atendido pelo colegiado da Escola. Ao que parece, a congregação da Escola já possuía seu candidato, pois havia apenas um inscrito no concurso, fato que demonstra uma espécie de favorecimento. O candidato para quem a vaga estava aparentemente destinada era Agostinho Victor de Borja Castro. Este até então encontrava-se como professor substituto na Escola (TRINDADE, 2011, p. 116). A maior parte dos autores aponta que Borja Castro nunca mais voltaria a cruzar o caminho de Rebouças sem demonstrar um grande rancor (SANTOS, 1985, p. 184; CARVALHO, 1998, p. 108; TRINDADE, 2011, p. 116).

Já então como engenheiro das obras da Doca da Alfândega, por volta da década de 1870, André e seu irmão Antônio resolvem empreender uma obra para o aumento de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro. Neste ano o Rio de Janeiro passava por uma das piores secas registrada até então. As ações dos irmãos Rebouças com a intenção de dar resolução temporária ao problema da seca que assolava a cidade resultaram na formação de uma Comissão especial de Águas que, “em trinta dias dera à

cidade mais de 2 milhões e 400 mil litros de diário de água e, em 60 dias, completou a marca de 5 milhões de litros” (CARVALHO, 1998, p. 110).

André e seu irmão Antônio submeteram à Diogo Velho, então ministro da Agricultura e Obras Públicas, a ideia de organizar uma Companhia de Águas com os recursos do Império. A companhia seria responsável pela captação de água, açudagem e construção de encanamentos. Os estudos e debates públicos foram iniciados e Antônio havia sido nomeado presidente de uma comissão com mais dois engenheiros, mas não havia um avanço real para além das discussões e projetos. Em paralelo, André Rebouças dera início a uma organização privada, articulando junto a figuras políticas importantes do Império, como o Visconde de Itaboraí, questões de caráter mais burocráticos e a viabilidade técnica para levar a água até as residências. Porém, “os engenheiros pertencentes ao corpo da administração do Império estavam visivelmente insatisfeitos com a obstinação de André em tornar privado um objeto de política pública” (CARVALHO, 1998, p. 109).

Além dos engenheiros do ministério da Agricultura e Obras Públicas, os irmãos Rebouças causaram incomodo também nos proprietários de terra da cidade do Rio de Janeiro. A comissão especial nomeada pelo ministro Diogo Velho era responsável por, entre outras coisas, “entender-se com os possuidores de água no centro da cidade para cessão provisória das águas que não precisarem para o seu uso” (CARVALHO, 1998, p. 109). O Conde de Bonfim, paradoxalmente, apoiado pelo próprio ministro Diogo Velho, se recusou a fornecer acesso as nascentes de água que se encontravam dentro de suas terras. Os irmãos Rebouças, frente a essa questão, por não contarem com o apoio do próprio ministro, recorreram diretamente ao Visconde de Itaboraí, chefe do Gabinete de Ministros. Este por sua vez disse aos irmãos: “executem as obras ainda que seja preciso empregar força” (CARVALHO, 1998, p. 109). André Rebouças expõe ainda outras circunstâncias da questão:

[...] O ministro d’Agricultura mandou-me chamar à Câmara dos Deputados. Estava já com medo dos proprietários, e procurando interpretar restritivamente as instruções que redigimos no dia 1º à noite. Já achava exageradas as providências tomadas. Mandou sustar a abertura dos poços (REBOUÇAS *apud* SANTOS, 1985, p. 160).

De acordo com Carvalho (1998), esses acontecimentos servem para ilustrar o “complexo jogo político em que se esboçavam as características de uma profissão nascente: a engenharia” (CARVALHO, 1998, p. 111). Nesse jogo político apercebia-se

uma crescente hostilidade contra os irmãos Rebouças, advinda principalmente dos engenheiros-funcionários e de políticos como o próprio ministro Diogo Velho e Zacarias de Góis (CARVALHO, 1998, p. 109 – 110). As hostilidades contra os irmãos Rebouças cresciam entre os engenheiros do governo. Argumenta-se que a motivação era a visão de ação empresarial conjunta com a engenharia. Porém, como ressalta Carvalho (1998) “os irmãos Rebouças em seu ímpeto empresarial, desafiaram a máquina “Saquarema”, representada pelos engenheiros e técnicos da Comissão de Obras Públicas, que fez sentir ao ministro da Agricultura, Diogo Vieira, o seu desagrado”. (CARVALHO, 1998, p. 111).

Foi nesse período também que os irmãos foram vítimas ataques racistas nos jornais. Em 1871 foi publicado no periódico “Diário do Rio” o poema satírico intitulado “Pai Feitiço e Pai Quilombo” que desqualificava o conjunto de suas iniciativas empresariais até aquela data. Em seu diário, quando André relata os ataques sofridos em 1871 ele também recorda de um ataque que lhe aconteceu em 1864 no “Correio Mercantil”, ironizando os “Diques Múltiplos” (TRINDADE, 2011, p. 47). Constatase então que havia agressões sistemáticas aos irmãos Rebouças nos jornais da corte.

A demissão de Rebouças em 1871 representa o ponto de inflexão de uma história que tem sido relatada, mas pouco investigada detidamente. Creio que esses elementos atestam que o espaço entre os anos de 1866 e 1871 foram decisivos para o rumo da trajetória de Rebouças, geralmente vinculados a mesma categoria profissional. Tanto é assim que Rebouças retorna a eles anos depois. O que significam as anotações dessas datas? Provavelmente elas foram feitas alguns anos após sua demissão, já que o ano de 1889 é representativo, marca o fim da monarquia, oriunda de um golpe Republicano, frutos do ressentimento da Abolição e das possíveis reformas. E o que mais poderia nos dizer essa autodenominação de *pária*? Qual o sentido do uso dessa palavra em específico? O significado de *pária* corrente na língua portuguesa diz respeito aquele sujeito que não pertencente a nenhuma casta, impuro e desprezível, uma pessoa excluída do convívio social. Não verifiquei até o momento nenhuma pesquisa que trabalhe a problemática acerca dessa autodenominação feita por Rebouças. Creio que ela pode nos ajudar a entender alguns aspectos muito sensíveis da percepção racial que André passou a ter a partir desse episódio, contrariando inclusive teorias que dizem que sua percepção racial de Maria Alice Rezende de Carvalho e outros autores de que sua consciência racial teria se dado fora do Brasil.

“UM PÁRIA EM SUA TERRA NATAL”: AS PALAVRAS DE ANDRÉ

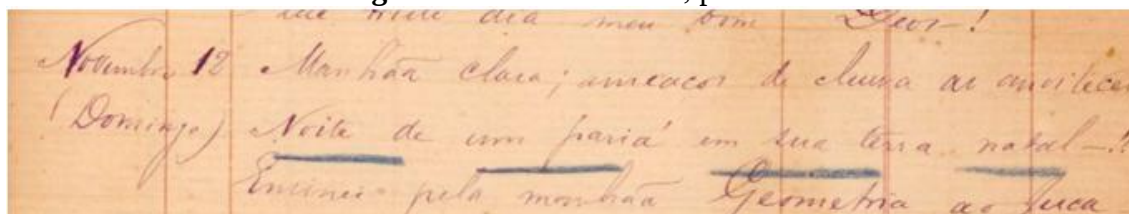
REBOUÇAS

As palavras abaixo foram escritas por Rebouças no dia 13 de novembro de 1871, logo após sua demissão das Docas da Alfândega. Os registros em seu diário íntimo ajudam a tentar interpretar o estado de espírito do engenheiro imediatamente após sua demissão. No último registro do dia de sua demissão, 11 de novembro de 1871, Rebouças escreve: “Que triste dia meu bom Deos!”. Portanto, fica mais do que evidente que o desenrolar dos eventos que provocaram esses registros tiveram um grande impacto na vida de Rebouças. Disse então Rebouças:

Dou graças infinitas ao bom Deos de ter tido a coragem de despedir-me d’essas obras e dos meus bons operários sem uma lágrima.
Posso dizer: *só Deos me viu chorar*. Neste momento ainda ninguém de minha família sabe *a dôr que oculto*. (Diário – v. 11, 13-11-1871 – grifo meu)

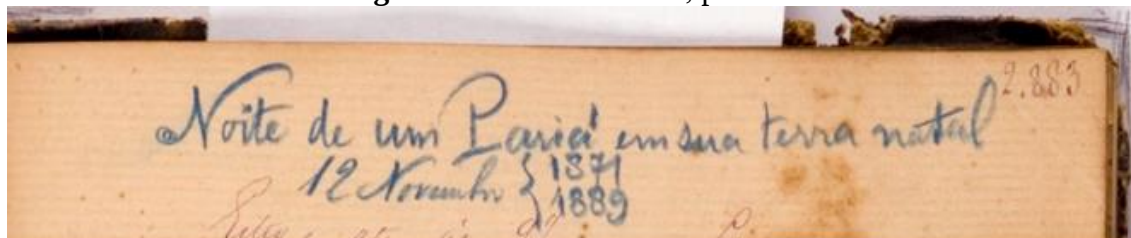
Fez-se necessário também expor a materialidade dos diários afim de ilustrar o retorno de Rebouças aquele momento. Nas Figuras 1 e 2, podemos ver alguns fragmentos do próprio Diário de Rebouças, digitalizados pela Fundação Joaquim Nabuco.

Figura 1: Diário - Vol. 11, p. 2.883



Acervo: Fundação Joaquim Nabuco

Figura 2: Diário - Vol. 11, p. 2.883



Acervo: Fundação Joaquim Nabuco

Um dos aspectos mais instigantes dos fragmentos apresentados é a possibilidade de apreciarmos também a própria intervenção reflexiva de André Rebouças em suas

memórias. Esta série de fragmentos e marcações em seu diário apresentam aspectos ocultos de sua vida que podem nos ajudar a perceber de forma mais próxima momentos decisivos da trajetória de Rebouças, além de ajudar também de modo geral, adversidades as quais estava exposto um homem negro livre na sociedade do Segundo Reinado, auge da escravidão. Procura-se assim desmistificar a ideia de que Rebouças, pelo fato de estar inserido cultural e economicamente em camadas elevadas, gozasse de equivalência social em relação aos homens brancos, seus pares sociais.

A historiadora Hebe Mattos (2014), que realizou estudos sobre os registros de correspondência de Rebouças no exílio, levantou a hipótese de que essas marcações poderiam ter sido feitas por Ignácio José Veríssimo, um dos biógrafos de André Rebouças (Mattos, 2014, p. 15)⁵. Entretanto há alguns indícios que apontam para uma tese diferente: Primeiro: Sidney Santos nos fala que entre os bens de Rebouças que estavam na Ilha da Madeira havia o “original manuscrito da Fé de Ofício de D. Pedro II, todo anotado por André, a lápis azul, como era de seu hábito fazer em livros de sua biblioteca, de que há exemplos no centro de tecnologia da UFRJ” (Santos, 1985, p. 16 – grifou meu). Segundo: a letra é muito parecida com a usada nos diários de Rebouças. Terceiro: Há na pré-antepenúltima folha do caderno desse diário, como mostra a Figura 3, um bilhete com o autógrafo de Rebouças que diz: “Vide a Collecção de folhetos sobre as Companhias das Docas da Alfândega do Rio de Janeiro e D. Pedro II nas Bobliothecas do Rio de Janeiro // Lisboa – 23 Agosto 1890. André Rebouças”. Esse pequeno bilhete está escrito com a mesma cor azul da letra que destaca a frase “Noite de um pária em sua terra Natal!” do dia da demissão. Esses elementos parecem indicar de forma segura que Rebouças, em exílio há quase três anos, ainda refletia profundamente sobre o fato ocorrido, mesmo passados quase vinte anos.

⁵ A autora não chega a mencionar que essa hipótese se aplique aos diários, porém, visto se tratar de um procedimento semelhante, é provável que as marcações com lápis azul tenham sido feitas por Rebouças ao revisar os seus escritos.

Figura 3: pré-antepenúltima folha escrita do 11º volume dos diários de André Rebouças



Acervo: Fundação Joaquim Nabuco

Como dito anteriormente, esses pequenos fragmentos constituem um conjunto indiciário importante para pensar não só os rumos da trajetória de Rebouças no início da década de 1870, como também a realidade do homem negro livre no segundo Reinado.

O choro que Rebouças oculta de seus familiares e de seus operários é uma inegável manifestação de tristeza. O choro abafado e solitário, geralmente visto como símbolo de resignação, pode ser mais do que a aceitação de uma situação ultrajante. O choro confessado apenas nas folhas de um diário íntimo revela um sentimento de inconformidade com tal situação e quem sabe até de profunda revolta.

Como Carvalho (1998) menciona, Rebouças parecia ter alguma consciência das hostilidades que sofria, embora fosse “discreto quanto a considerações relativas à sua cor” (CARVALHO, 1999, p. 64). No entanto, sua consciência parece ter ficado maior a cada ano. Quase 20 anos depois do ocorrido, quando já se encontrava em exílio, em letras azuis, na parte de cima da página de seu diário, Rebouças fez questão de destacar a frase escrita no dia: “Noite de um pária em sua terra natal”, e entre colchetes os anos de 1871 e 1889. A frase original foi escrita em 12 de novembro de 1871, mas tudo leva a crer que a escrita em azul foi feita por volta de 1890. Defendo em minha pesquisa que o uso da palavra pária feito por Rebouças, mas do que um elemento retórico, indica uma percepção consciente da divisão em castas raciais na sociedade brasileira.

No dia de sua demissão, Rebouças registra que esteve com um senhor de nome Drº Figueira e com o Inspetor da Alfândega, Antônio de Paula Freitas e que estavam discutindo sobre os direitos da companhia docas D. Pedro II. Segundo os registros feitos

por Rebouças em seus diários, esses senhores haviam voltado de uma conferência realizada na casa do Ministro da Fazenda.

Estive no escritório das obras até 1½ com o Dº Figueira discutindo com o Inspetor da Alfândega os direitos da Companhia das Docas Pedro II, tinha voltado da conferência com a Diretoria da Cª da Doca em casa do Ministro da Fazenda e sustentando com a maior firmeza que a Companhia da Doca seria sempre preferida à Companhia das Docas Pedro II (DIÁRIO - v.11, 11-11-1871)

Como já apontamos, a frase em destaque no dia 11 de novembro de 1871 no diário de Rebouças representou um duro golpe em sua trajetória profissional. Rebouças também escreve para o Conde d'Eu a respeito da nomeação do Drº Borja Castro demonstrando, dessa vez publicamente, o quanto sentira-se ultrajado (procurar no diário)⁶. A sequência dos acontecimentos narradas por Rebouças em seu diário apontam para certo inconformismo com toda aquela situação. Como já mencionado anteriormente, Rebouças em carta enviada a Lima e Silva, diretor da Companhia Docas da Alfândega, se recusa a entregar a direção das obras diretamente a Borja Castro, seu “inimigo pessoal”, preferindo entregá-las ao Drº Paula Freitas (Rebouças, 1871, p. 2.884). Uma mágoa muito forte parece ter tomado conta do engenheiro. Embora Alexandro Dantas Trindade tenha mencionado as falas de Rebouças acerca do pária, a questão não foi abordada como um elemento para problematização das relações raciais (TRINDADE, 2011, p. 143).

De acordo com o senso comum, os “párias” são pessoas marginalizadas nas sociedades de casta indianas, a quem se destina as piores ocupações, um marginal. Ser um “pária” era estar excluído de qualquer isonomia social, ou princípio de cidadania. Esse local marginal era ocupado, como já foi exposto, pelos negros escravizados e libertos. Na sociedade escravocrata brasileira, considerada uma sociedade mista, de casta e estamental, só uma figura pode ser associada ao pária: o negro (FERNANDES, 1959, p. 156 - 157).

Como já apontado anteriormente, pode-se levantar a hipótese de que o uso dessa palavra não possua nenhuma relação concreta com a realidade das relações raciais brasileiras por ser uma palavra de “origem” indiana. Porém, ao longo da pesquisa uma possibilidade apresentou-se quase que por acaso. De fato, se realizarmos uma comparação assíncrona da sociedade indiana quanto da sociedade brasileira, não haveria o menor cabimento uma comparação entre ambas, porém essa assincronia e essa distância são

⁶ Até o presente momento não localizei essa correspondência com o Conde D'Eu.

relativas. Não podemos esquecer que o sul e sudeste da Ásia e a parte do território americano estavam conectados pelas malhas do império ultramarino português no século XVI. Posteriormente os ingleses tornaram-se os colonizadores daquela região difundindo também para a cultura inglesa essa palavra tão identificada com a cultura indiana.

Na obra clássica de William E. B. Du Bois (1999), um dos mais importantes intelectuais negros da virada do século XIX para o XX, encontramos registro idêntico ao de Rebouças. Du Bois relata que certo dia, quando ainda estava na escola primária, um grupo de meninos e meninas resolveram comprar cartões de visitas para trocar entre si. Uma menina recém-chegada na escola recusou o cartão de Du Bois. De acordo com o autor, esse momento foi um marco para ele perceber que era diferente dos outros. Segundo suas palavras, a menina “recusou-o peremptoriamente, com um olhar” (DU BOIS, 1999, p.53 – grifo meu). Ao narrar o conflito interno do momento de descoberta de sua condição de excluído por conta de sua condição racial ele escreve o seguinte: “*Why did God make me an outcast and a stranger in mine own house?* Por que Deus fez de mim um sem casta e um estranho na minha própria casa?” (Du Bois, 1999, p. 53 – grifo meu).

Vale a pena trazermos aqui um fragmento das reminiscências de Rebouças resgatadas por Alexandro Dantas Trindade (2011) já durante o seu exílio numa época próxima da que fez as marcações em seu diário:

A 31 de janeiro de 1882, o ministro do Império Rodolfo Dantas nomeou-me para uma Comissão de Inquérito sobre os escândalos do Matadouro; foi aí, a 7 de fevereiro de 1882, que fui intoxicado pelos miasmas palustres e pelas ptomaínas desses matadouros de homens e de bois [...] Cumpro registrar que sempre que havia uma Comissão gratuita e morfética: Matadouros, cemitérios etc., - era para o “Negro André” (REBOUÇAS, 1891 *apud* TRINDADE, 2011, p. 43)

O uso da palavra “negro” por Rebouças nesse registro está muito próximo ao de pária, visto que a palavra na época era extremamente pejorativa⁷. Esse fragmento demonstra que houve, por parte de André, a constatação de que o fato de ser enviado para fazer os serviços mais degradantes estava associado à sua condição racial de “negro” naquela sociedade escravista, o mesmo que um pária. O fragmento do diário de André Rebouças – e das reminiscências da infância de Du Bois a partir da palavra “pária” – estabelecem pontos de conexão entre duas sociedades herdeiras de padrões culturais de seus colonizadores. Não se trata apenas de uma simples analogia com a cultura indiana e

⁷ Para uma discussão acerca da consideração do conceito “negro” no século XIX ver: MATTOS, Hebe. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. 3ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.



sim uma constatação de que as duas sociedades estão conectadas por certos costumes e que, a sociedade ibérica tem padrões racialmente hierarquizantes maiores ou iguais a da sociedade de casta indiana, sendo possível até mesmo que a sociedade ibérica tenha influenciado decisivamente os padrões de hierarquização racial da sociedade indiana.

Assim, a palavra, “pária”, representa um elo aparentemente entre o sudeste asiático e as Américas. Ela é reveladora de um sistema de relações raciais mais amplo do que imaginamos e acaba por aproximar dois horizontes culturais distantes, mas que se encontram em princípios do século XVI. Alguns trabalhos como os de Eleni Varikas (2010) e Ângela Barreto Xavier (2011; 2016) tem se ocupado do estudo e mapeamento dos usos e sentidos dados pelos ocidentais a palavras como “casta” (XAVIER, 2016, p. 94) e “pária”, esta última, incluída no vocabulário indiano a partir da experiência colonial portuguesa, e até então desconhecida pelos próprios indianos (VARIKAS, 2010, p. 31).

Varikas (2010) frisa que o aparecimento dessa palavra no universo linguístico ocidental fez “parte dos saberes coloniais que acompanham a conquista” (Varikas, 2010, p. 31). A palavra “pária” é o resultado de um processo de metonímia da palavra *parayer*, plural de *parayan*, que quer dizer “tocador de tambor”. Essa variante inglesa passa a figurar nos dicionários durante o período em que a Companhia inglesa das Índias Orientais se estabeleceu em Coromandel (VARIKAS, 2010, p. 32). Os ingleses associaram a classe dos tocadores de tambor, que eram as pessoas arregimentadas para servir os colonizadores em atividades domésticas, aos intocáveis ou sem casta. O olhar superficial dos ingleses sob a cultura local contribuiu para que houvesse uma homogeneização de todas as castas inferiores. Portanto, *pariah* virou sinônimo de uma classe servil.

[...] o fato de estarem em contato e sob a observação dos europeus mais do que qualquer outra casta nessa região deve ter contribuído para a aplicação do termo a todas as castas inferiores, incluindo os sem-casta, e para suas conotações negativas que vão se generalizar com a consolidação do império inglês e o desenvolvimento do seu saber sobre a sociedade indiana (VARIKAS, 2010, p. 32)

Por conta dessa ressignificação a palavra adquiriu, na língua inglesa, um sentido pejorativo. O *parayer* originalmente relacionado ao tocador de tambor, transformou-se em *pariah*, um marginal, bandido, gentilha (VARIKAS, 2010, p. 31). Varikas (2010) nos diz ainda que os portugueses também figuram entre as nações ditas “conquistadoras” que adotaram essa palavra para a distinção social em relação ao outro. Segundo a autora,

Portugal talvez tenha sido a primeira nação a realizar esse tipo de contato mais profundo com a sociedade indiana. O sentido lusófono da palavra para nós tem particular importância, mas não ignoramos que por ter sido um intelectual ligado vivamente a cultura europeia do século XIX, que Rebouças possa ter extraído o sentido de pária de outros lugares.

De acordo com Varikas (2010) um uso muito antigo do termo pária é encontrado em um texto português antigo de princípios do século XVI, grafado como *pareas*. O termo encontra-se no “Livro de Duarte Barbosa” (1516). Barbosa foi um navegador e militar português que esteve a serviço do Rei de Portugal na Índia de 1500 até 1517 (Varikas, 2010, p. 31). Ele era sobrinho de Gil Fernandes Barbosa, que foi feitor em Cananor, e com ele aprendera a língua malabar tornando-se intérprete (XAVIER, 2011, p. 77).

Ângela Barreto Xavier (2011) lança mão do texto do mesmo navegador português para realizar uma análise de como os discursos bramânicos foram “percebidos, experienciados e apropriados pelos agentes ao serviço da coroa de Portugal” (XAVIER, 2011, p. 71). A autora destaca as impressões de Barbosa sobre os critérios de diferenciação usado pelas elites locais (XAVIER, 2011, p. 71).

Em um outro trabalho sobre a influência desempenhada pela presença dos impérios ibéricos nas Índias para a disseminação da palavra casta e sua transformação na categoria social mais importante da Índia, Xavier (2016), reforça algumas das perspectivas contidas nos argumentos apresentados por Sumit Guha (2013) que se alinham a uma nova geração de estudiosos que tem refutado alguns postulados dos estudos acadêmicos tradicionais sobre a cultura indiana, que tem suas raízes no início da modernidade europeia. Essa nova linha de abordagem integradas por Guha (2013) e Xavier (2011; 2016) tem construído uma hipótese de trabalho interessante, onde as tópicas de distinção social indiana e portuguesas se intercambiam. Embora seja uma tese em processo de construção, Xavier (2011) traz argumentos interessantes que nos fazem pensar.

“Talvez não surpreenda, por isso mesmo, que em vez de haver impacto do bramanismo nas tópicas de distinção produzidas no reino se verifique – em correlação com as assimetrias do poder político – ao contrário. Até finais do século XVII seria a tratadística nobiliárquica de origem portuguesa a ter impacto sobre o bramanismo local, e não o inverso” (XAVIER, 2011, p. 94 – grifo meu).

As dinâmicas culturais do sistema de casta indiano foram instituídas pelo “Código de Manu” ou “Leis de Manu”, escrito no século II a.C. De acordo com a proposta de autores como Sumit Guha, a chave de leitura para o que vem significando “casta” deve levar em conta a influência da cultura europeia na remodelação das tópicas de distinção e hierarquias da sociedade indiana após o contato e influência europeia. As hierarquias sociais indianas inscritas no código de Manu estariam orientadas por outros critérios, mais complexos do que foi divulgado ao mundo pelos estudos de caráter orientalista. Outro ponto importante apontado é o fato de que, a despeito da casta ser adotada como a figura mais importante para se entender a Índia, caracterizando a cultura a partir de um padrão de rigidez e imobilidade social derivado desse modelo, a literatura apresentada pela autora tem demonstrado que a luta por ascensão e elevação de status social eram características da Índia nos princípios da modernidade, demonstrando que as experiências e práticas rituais que envolviam a organização a partir do sistema de castas era significativamente diferente das formas que foram contextualizadas (XAVIER, 2016, p. 94).

O que se apresenta de forma instigante na investigação apresentada por Xavier (2016) é como a presença do Império português na Índia ajudou a transformar a palavra casta na mais importante categoria social da Índia e mais do que isso:

As Lakoff and Johnson have suggested, changes in conceptual systems affect the ways people perceive the world, and therefore, the way they act in the world. The word caste became not only another word in the shared social vocabulary, but also what Koselleck would call a “basic concept”, a word that became inevitable. Without it, it is “no longer possible to recognize and interpret social and political reality.” Indeed, the word “casta” helped to shape the “ways people perceived the world”, as well as “the way they acted in it” (XAVIER, 2016, p. 95)

O que podemos perceber a partir dos argumentos de Sumit Guha (2013), apresentados por Ângela Barreto Xavier, é que os portugueses já possuíam o seu próprio repertório de diferenciação social, que a autora chama de “tópicas de distinção no contexto português” (XAVIER, 2011, p. 74).

[...] Guha argued that the “Iberian idea of bounded, normatively endogamous groups based on biological (or ‘blood’) descent” was “added to the chaotic mix of social categories in southern Asia in the 16th century”, contributing to normalize the chaos around one and only variable, purity of blood, that is to say, caste. (XAVIER, 2016, p. 95)

João Manuel Vaz Monteiro Figueirôa-Rego, em artigo escrito em conjunto com Fernanda Olival (2011) apresentam um panorama detalhado sobre o estatuto da limpeza

de sangue na península ibérica e como esses princípios de distinção social foram operacionalizados

nos territórios ultramarinos⁸. As tensões existentes nas relações sociais entre os indivíduos

envolvendo o estatuto de limpeza de sangue e de cor da pele – que vinculavam o negro a escravidão – e até mesmo o preconceito a quem desempenhava ofícios mecânicos eram correntes nessas sociedades. O critério principal adotado para que um indivíduo ascendesse aos lugares mais altos – e até os não tão altos assim –, como cargos do clero regular e na administração das possessões coloniais se dava através de provas da limpeza de seu sangue. Apesar de terem sido os judeus e cristãos-novos os principais alvos das provas de limpeza de sangue Figueirôa-Rego e Olival (2011) apontam que:

[...] o defeito de sangue escravo [...] Mesmo para o provimento de lugares de clérigo no Brasil (Minas Gerais) podia causar embaraços no último quartel do século XVIII, até para quem tinha passado pela Universidade de Coimbra [...] o seu peso em pleno século XVIII aproximava-se da mácula de sangue cristão novo. Quando aquela caiu oficialmente em 1773, a outra persistiu pelo menos para quem o tinha nas 4 gerações e não dispunha de boas redes de influência (FIGUEIRÔA-REGO; OLIVAL, 2011, p. 145)

De acordo com os autores, embora houvesse uma margem muito pequena para estratégias que conseguissem burlar o preconceito de origem e de cor, elas não alteravam substancialmente as estruturas dessa sociedade e não servem para “escamotear a existência de discriminação em função da cor da pele e de violência implícita a este respeito nas sociedades portuguesas e nas das periferias coloniais” (FIGUEIRÔA-REGO; OLIVAL, 2011, p. 144).

Os registros das experiências de sociabilidade similares de Rebouças e Du Bois - o de sentirem-se estrangeiros em sua terra natal –, é típica na construção da ideia de pária como demonstra Eleni Varikas (2010) no rastreamento sobre o uso do termo pária em algumas obras literárias. Inscritos no contexto cultural europeu dos séculos XVIII e XIX, os párias são personagens os personagens analisados pela autora são submetidos a “uma discriminação sistemática e continuam sendo considerados como *estrangeiros em seu próprio país*.” (VARIKAS, 2010, p. 45 – grifo nosso).

Como acabamos de ver muitas questões podem ser suscitadas a partir desse pequeno fragmento. A rica bibliografia sobre a história da Índia no período do início da

⁸ Ver também a tese de Figueiroa-Rêgo.

modernidade apresentada por esses autores, em especial Xavier (2011; 2016), estabelece uma conexão entre os territórios sob domínio colonial, profundamente marcados por uma hierarquização racial semelhantes.

Por mais que os estatutos de limpeza de sangue não representassem mais empecilhos institucionais o costume encarregou-se de mantê-los vivos ainda no século XIX. O termo pária, empregado por Rebouças para definir a si próprio apresentava ainda no século XIX o signo da distinção social, ecos das forjas das relações étnico raciais inauguradas na aurora da modernidade, conectando os espaços coloniais do atlântico e índico. Portanto explorar o termo pária, para além de uma cristalização oriunda dos estudos orientalistas, creio que é possível, como fica patente no trabalho de Ângela Barreto Xavier (2011, 2016), que a construção semântica de pária e a própria ideia de hierarquia racial imputado ao mesmo podem dar a esse termo uma conotação de distinção racial, sendo, portanto, seu uso um indício de que Rebouças ao falar de pária estava fazendo alusão a sua condição racial.

É possível que Rebouças não tivesse noção dessas conexões, mas sua experiência de vida nos mostra que havia por sua parte plena consciência das hostilidades sofrida por conta da distinção social que a sociedade em que vivia lhe imputava devido sua cor. Uma das questões que se colocaram durante o processo de escrita dessa dissertação foi se o uso dessa palavra, por si só, possuiria para Rebouças uma relação com o modelo hierarquização racial da sociedade escravista do Brasil. O uso da palavra pária seria adequado para ilustrar o sentimento de aviltamento que Rebouças sentiu ao ser rebaixado do lugar de cidadão, para o de um “negro”, um escravo, que grosso modo ocupa a posição de um pária na sociedade brasileira?

Essas questões representam os limites que os documentos escritos nos impõem. Eles nos dão base para refletirmos sobre muitas possibilidades, mas seus autores já não se encontram mais na dimensão do presente, sendo difícil aferir os sentidos de seus escritos, podemos apenas elucubrar de forma transversal seus sentidos, mas tendo sempre por base a plausibilidade.

Numa sociedade escravista onde o racismo é a base da economia e de todas as dinâmicas sociais é praticamente impossível dissociar uma coisa da outra. Não há como, numa análise que leve encontra a multiplicidade de fatores de uma sociedade racialmente estratificada, esconder as manifestações do racismo. A experiência negra nas Américas

sempre retorna a alguns temas comuns, produzindo alegorias similares como a rejeição e o sentimento de sentir-se sufocado ou estrangeiro em sua terra natal.

A demissão de Rebouças, analisada de certos ângulos, parece ser uma espécie de punição a alguém ultrapassa os seus limites. E observando algumas questões já colocadas aqui e o tom dos ataques sofridos, parece que o fato de ser negro fez a margem de atuação do engenheiro ser inesperadamente menor. Uma comparação das iniciativas empresariais durante o Segundo Reinado e da trajetória dos liberais que nelas atuaram, suas ideias e suas relações políticas durante o período ajudariam a dar mais precisão ao papel desempenhado pelas relações raciais nesse processo. São desdobramentos possíveis dessa pesquisa, assim como um estudo em paralelo de personagens que estavam ligados diretamente aos incidentes, como o engenheiro Borja Castro, também um aprofundamento nos estudos da categoria dos pares profissionais de Rebouças para compreender seus padrões de sociabilidade.

De qualquer forma é nítido que os ataques que Rebouças sofria nos jornais eram intensos. Já existia um clima de animosidade entre as duas companhias. Desde que fundara as Docas D. Pedro II Rebouças fora alvo dos rancores de seus pares. Na época, o então Ministro Fazenda, Zacarias de Góis, havia chamado Rebouças para prestar esclarecimentos acerca da atitude, considerada pouco liberal, de homenagear o monarca ao nomear sua nova Companhia (CARVALHO, 1998, p. 112). A sua demissão da Companhia Docas da Alfândega parecem ser consequência desses atritos. O trabalho de Antônio Carlos Higino da Silva (2018) relembra algumas questões importantes como por exemplo o atrito que Rebouças teve com a gente importante de seu tempo no período das obras de abastecimento de água da cidade. “Vale lembrar que o Conde de Bomfim era um dos homens mais ricos do Rio de Janeiro e que Rebouças havia tido problemas com ele em 1870 por fazer parte da Comissão Especial contra a seca” (Silva, 2018, p. 19 – 20).

Ao lermos a sequência dos acontecimentos de sua demissão parece que um clima de festa havia tomado conta de seus “inimigos”. De acordo com o registro feito pelo engenheiro em seu diário fica a impressão de que sua demissão foi considerada como um prêmio. Segue o fragmento do relato feito ainda no dia 13 de novembro de 1871:

Dicerão-me os correctores Willian Lara Tapper e Pereira que o Mariano Procópio estivera na Praça propalando a minha demissão e que conseguira do Ministro da Fazenda que se nos negasse o embarque de café e o alfandegamento dos trapiches



assentados pela Companhia das Docas Pedro II (Diário – v.11, 13-11-1871 - grifo meu)

Como exposto no início deste trabalho, de acordo com Veríssimo (1938), a partir da análise dos fatos referentes ao concurso na Escola Central que envolveu Agostinho Vítor de Borja Castro, a questão do abastecimento de água, que envolveu a categoria dos engenheiros ligados a burocracia imperial, ficava nítido “que contra André havia mais ciúme e mais ódio, que oposição de interesses” (VERÍSSIMO, 1938, p. 93 – grifo meu). Penso que o uso da palavra ciúme possa ter sido usado para não expor o caráter racista dessas ações temendo entrar em contradição com a tese recente de uma país sem atritos em suas relações raciais.

Como Achille Mbembe (2014) os regimes escravocratas, base econômica dos Estados de origem colonial, são as “pias batismais de nossa modernidade” (MBEMBE, 2014, p. 31) consolidaram-se em paralelo à construção do conceito de raça, que teve um papel utilitário, uma “ficção útil, de uma construção fantasia ou de uma projeção ideológica” que organizava as relações de poder e de trabalho, garantindo o tráfico negroiro, grande diferencial da escravidão moderna em relação a antiga (MBEMBE, 2014, p. 27). Segundo o autor, ela pode ainda representar a manifestação de um ressentimento que cumpriu o papel de dar possibilidade de se aceitar a transformação do ser humano em coisa. Esse “complexo perverso, gerador de medos e de tormentos” sob o signo da negritude foi criado pelo europeu devido a uma dificuldade cultural sua em lidar com a diferença (MBEMBE, 2014, p.25).

A construção da sociedade brasileira pós independência, foi feita sob as bases culturais do império ultramarino português. É pouco provável, por mais que se alegue que Rebouças não tenha tratado explicitamente da questão racial, que ela não estivesse posta. Na verdade, a crença de que ela não esteja posta ou explícita, pode se dever mais as expectativas dos historiadores do que aos fatos. Talvez sejam necessários novos enquadramentos historiográficos para percebermos melhor estas questões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi dito, o extenso acervo documental produzido por Rebouças – entre registros pessoais, produções técnicas, artigos para jornais etc. – representa um vasto material ainda por ser explorado, trabalho que demanda ainda mais pesquisadores. Nos



estudos de sua correspondência no exílio, Hebe Mattos (2013) afirma que a viagem de André feita a África - logo após a morte do imperador D. Pedro II - “marca uma profunda inflexão na construção de si de André, sobretudo no que diz respeito à sua identidade racial” (Mattos, 2013, p. 14). A autora levanta a hipótese de que, a partir do teor de seus escritos, é possível notar uma semelhança entre André Rebouças e Alexander Crummell, sacerdote antiescravagista e nacionalista africano. De acordo com Matos (MATTOS, 2014, p. 17). Ambos estiveram nos Estados Unidos na mesma época. A autora nos diz que “nas cartas do exílio, de forma contundente, André quebrou o silêncio sobre sua identidade racial, até então predominante em sua vida pública e na narrativa de si registrada em seu diário” (MATTOS, 2014, p.16). Ainda segundo Mattos, em 1891, no período em que estava em Cannes velando os últimos momentos de vida do Imperador, Rebouças relatara em troca de cartas com José Carlos Rodrigues, seu amigo e editor da revista “Novo Mundo”, que pela primeira vez ele teria se referido a si mesmo como “o negro André” (MATTOS, 2014, p. 17).

De acordo com Mattos (2014) “intensificação da importância da variável racial no pensamento científico ocidental, desde 1870 e, em particular, após a abolição da escravidão no Brasil, cada vez mais pareceu ter forçado André a refletir sobre a questão, até então praticamente ausente de seus escritos” (MATTOS, 2014, p. 17). Creio que a reflexão de Rebouças sobre si e sua identidade racial são anteriores a essa viagem, mas a partir do que apresenta a autora, parece ser inegável que sua experiência na África tenha lhe causado grande impressão e até ajudado a consolidar ideias que já trazia dentro de si. Suas experiências fora do Brasil, como os casos de preconceito racial nos Estados Unidos e sua consciência racial durante a viagem na África são apresentadas com grande intensidade pela autora.

Dito isso, Rebouças está longe de ser uma personagem, devido sua capitulação a ideologia do branqueamento, desimportante, descartável e menos ainda, uma idealização heroica de negro resignado que se adaptou e venceu. Sua trajetória, como a de outros negros e negras nascidos livres dentro da vigência da escravidão ou próximo a elas, podem nos ajudar a compor, devido a possibilidade que tiveram de escrever por si mesmos as impressões sobre o mundo que os rodeava, expressar seus sentimentos em relação a esse mundo, sobretudo a respeito da questão racial no Brasil.

Não se pretende aqui universalizar a sua experiência e dizer que ela é a experiência do negro. Não podemos perder de vista que foram as sociedades coloniais

que engendraram e impuseram a “necessidade” do branqueamento. A adesão a tal “embranquecimento” era uma das estratégias estável em suas vidas. Isso não é um elogio a tal estratégia e não significa que devemos transferir e incorporar, anacronicamente, práticas de personagens inseridos em outros períodos que homens e mulheres de cor lançaram mão para alcançar uma situação menos precária e esses contextos históricos como réguas de nossas ações. Suas ações possuíram sentidos que pertenciam a sua época e é tarefa do historiador não julgar e nem repetir, mas compreender.

A vida de Rebouças encerra-se tragicamente no dia 09 de maio de 1898. Seu corpo fora encontrado aos pés do penhasco atrás do Hotel Raid’s em que vivia nos últimos anos de exílio. Segundo a folha local, um funcionário do Hotel relatou que, após receber um telegrama do Brasil, Rebouças ficara em estado de ânimo alterado, nervoso. A notícia de sua morte foi recebida no Brasil com grande consternação, as principais folhas da corte prestaram-lhe homenagens. Alguns necrológicos foram publicados como de praxe. Seu corpo fora velado no prédio das Docas Nacionais, antiga Docas da Alfândega, lugar de onde fora demitido de maneira tão rude. O Jornal do Comércio, fez uma espécie de cobertura publicando alguns discursos feitos em seu enterro no cemitério São João Batista, no qual seu esquife chegará após um cortejo de lanchas saída da praia dos mineiros.

A queda do penhasco foi tratada como acidente por alguns, outros, porém, disseram que Rebouças suicidara-se, o que não foi aceito como tese oficial de sua morte, visto que fora sepultado. Tais questões carecem ainda de uma investigação sistemática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIDE, Roger; FLORESTAN, Fernandes. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, Coleção Brasileira, vol. 305, 1959.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. 2ªed. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979.

DU BOIS, W. E. B. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

FIGUEIRÔA-RÊGO, João de; OLIVAL, Fernanda. *Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII)*. Tempo [online]. 2011, v. 16, n. 30

